

## CLUBE NAVAL

Associação civil, fundada em 12 de abril de 1884, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Suas principais finalidades são “estreitar os laços... entre os oficiais da Marinha e entre estes e os das demais forças armadas”, “promover o aprimoramento social, cultural e técnico-profissional dos sócios” e “difundir os resultados de estudos sobre assuntos técnico-profissionais e científicos, ligados à profissão marítima em geral e à segurança nacional, levados a efeito no Clube Naval”.

Seu corpo social efetivo é constituído por oficiais da ativa e da reserva da Marinha de Guerra do Brasil, por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) egressos da antiga Associação Naval, e por guardas-marinhas procedentes da Escola Naval.

O Clube Naval foi fundado após algumas tentativas infrutíferas no sentido de criar uma entidade que representasse os interesses dos oficiais da Marinha do Brasil. O capitão de fragata Luís Filipe Saldanha da Gama foi eleito seu primeiro presidente. Quatro anos depois, foi lançada a *Revista do Clube Naval*, até hoje em circulação.

## PRIMEIRA REPÚBLICA

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi saudada com entusiasmo pelo Clube Naval, então presidido pelo contra-almirante Fortunato Fóster Vidal. Em dezembro, a diretoria do clube enviou uma mensagem de congratulações ao marechal Deodoro da Fonseca, chefe militar do movimento que depôs o imperador dom Pedro II e presidente do governo provisório. No documento, a instituição colocou-se à disposição do marechal na “grande obra de nossa regeneração social” e criticou abertamente o visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete do Império, acusando-o de “levar a efeito um plano que reduzia a verdadeiros títeres os militares quer de terra quer de mar”.

Em 1890, quando assumiu a presidência do clube, o barão de Jaceguai instituiu o Prêmio Almirante Jaceguai, concedido anualmente e até hoje em vigor, com a finalidade de estimular os estudos entre os oficiais de Marinha. Caberia à diretoria do Clube Naval selecionar um tema a ser desenvolvido pelos candidatos, que concorreriam sob pseudônimo.

De janeiro a fevereiro de 1891, um ex-presidente do Clube Naval, Fortunato Fóster Vidal, ocupou a pasta da Marinha. Nesse último mês, o Clube Naval manifestou sua simpatia pela candidatura de Deodoro da Fonseca à presidência da República, afirmando falar em nome da corporação.

A Revolta da Armada, que se desenrolou entre setembro de 1893 e março de 1894 na baía de Guanabara, envolvendo praticamente toda a esquadra brasileira, provocou grandes perturbações na vida da instituição. Um dos principais movimentos de contestação ao governo do marechal Floriano Peixoto, a revolta teve início com a prisão, em Santa Catarina, do então presidente do Clube Naval, Eduardo Wandenkolk, acusado de dar apoio aos revolucionários federalistas do Rio Grande do Sul. A revolta contou com a participação de um grande número de sócios do Clube Naval, além de ter sido liderada sucessivamente pelos almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, dois ex-presidentes do clube. A sede da instituição na praça Tiradentes foi submetida à vigilância contínua de agentes de segurança pública, que proibiam os sócios de entrar no prédio. Muitos oficiais de Marinha foram presos e exilados, o que acarretou uma sensível diminuição de frequência e o atraso no pagamento das mensalidades ao clube.

Cerca de 16 anos depois, em novembro de 1910, a Marinha brasileira foi abalada por uma revolta de marinheiros conhecida como Revolta da Chibata. O movimento estourou em navios de guerra fundeados na baía da Guanabara e visava a pôr fim aos maus-tratos, ao excesso de trabalho e à punição pela chibata, como forma de manter a disciplina a bordo. Durante o levante, oito oficiais foram mortos pelos revoltosos. O Clube Naval acusou os marinheiros sublevados de agirem sob a orientação de “forças estranhas à Marinha” e de terem tentado “destruir a ‘Disciplina’ e, a ‘Ordem’, mirando fins que... permanecem obscuros e mal delineados”.

Também no ano de 1910, foi inaugurada no Centro do Rio de Janeiro a sede social do Clube Naval, a mais antiga da entidade.

Na década de 1920, o quadro político brasileiro foi sacudido por uma série de revoltas militares, sobretudo no Exército. A Marinha também se sublevoou em algumas ocasiões contra o governo central, principalmente durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Em outubro de 1924, o capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães, que no ano anterior assumira a presidência do Clube Naval, chefiou uma conspiração contra Bernardes,

logo descoberta e esmagada. Com a prisão de Protógenes, a presidência do clube foi ocupada pelo primeiro vice-presidente Francisco Radler de Aquino.

Em novembro do mesmo ano, ocorreu o levante do encouraçado *São Paulo*, ancorado na baía de Guanabara. O movimento foi chefiado pelo primeiro-tenente Herculino Cascardo, que, juntamente com mais sete oficiais, era sócio do Clube Naval. Os oito revoltosos foram eliminados do quadro social do clube, de acordo com a letra *b* do artigo 89 dos estatutos vigentes na época, em sessão do conselho diretor datada de 27 de novembro. Quatro anos depois, na assembleia geral extraordinária de 6 de dezembro de 1928, o clube decidiu readmitir os sócios expulsos em 1924. O almirante José Isaías de Noronha, que presidiu a assembleia, era o comandante-em-chefe da Esquadra e, como a decisão da reunião não agradou ao governo, foi informado de que só permaneceria no cargo se renunciasse à presidência do Clube Naval. Noronha preferiu entregar o comando da Esquadra a seu substituto, e permaneceu à frente do clube.

#### PERÍODO PÓS-1930

A Revolução de 1930 não trouxe modificações substanciais à vida do Clube Naval, que permaneceu voltado principalmente para seus problemas internos. A exemplo do que se verificara durante a Primeira República, a participação do clube no cenário político nacional continuou se dando de forma indireta, através de sócios que se constituíam eventualmente em atores de determinados acontecimentos, ou através da própria Marinha enquanto instituição.

Em março de 1935, o Clube Naval abrigou uma reunião de militares da Marinha e do Exército, presidida pelo capitão de corveta Mário Midosi Chermont, na qual se criticou abertamente o projeto da Lei de Segurança Nacional em votação no Congresso desde janeiro. O projeto de lei previa, entre outros pontos, a supressão dos direitos políticos dos oficiais das forças armadas, provocando profunda divisão nos meios militares. Em dezembro de 1935, a diretoria e o conselho diretor do clube manifestaram solidariedade ao ministro da Guerra e ao presidente do Clube Militar pela morte de militares legalistas durante a Revolta Comunista de novembro daquele ano.

Em agosto de 1954 – após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que resultou a morte do major-aviador Rubens Vaz –, o Clube Naval não deixou de se envolver, embora de maneira bem mais discreta do que o Clube Militar, na vida política nacional.

Assim, a agremiação veio a tomar parte ativa nas articulações contra a permanência no poder de Getúlio Vargas, que, pressionado, acabou cometendo suicídio.

No período imediatamente anterior ao movimento militar de 1964, o Clube Naval participou diretamente da vida política brasileira, fato em parte explicado pela própria situação interna da Marinha, cuja alta oficialidade via-se ameaçada por uma eventual quebra da hierarquia, sobretudo com a eclosão de um levante de marinheiros e fuzileiros em março de 1964. Embora o levante tenha sido rapidamente debelado, a atitude conciliadora do governo de João Goulart (1961-1964) para com os amotinados provocou fortes críticas de militares considerados legalistas e fortaleceu a conspiração para depor o governo, articulada por setores militares e empresariais. O golpe que derrubou Goulart, em 31 de março, contou com pleno apoio do Clube Naval, que participou diretamente das ações militares, dirigindo, inclusive, a ocupação do prédio do Ministério da Marinha.

Durante o regime militar (1964-1985), o Clube Naval manteve-se distante de qualquer atividade política, caracterizando-se como uma instituição voltada para atividades recreativas e culturais. No ano de 1984, a entidade, sob a direção do almirante de esquadra Paulo de Bonoso Duarte Pinto, comemorou seu centenário. O retorno aos governos civis não modificou realmente a posição de distanciamento político do Clube Naval, que só voltou a se pronunciar politicamente durante o episódio que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Em dezembro daquele ano a agremiação expressou, através de seu presidente, almirante Vítor Alberico Boisson de Moraes, sua desaprovação diante do governo Collor.

Nos anos seguintes, o Clube Naval manteve-se concentrado prioritariamente na promoção de suas atividades culturais e recreativas, mas se pronunciou em relação a algumas questões de amplitude nacional. Assim, durante o processo eleitoral de 1994, o clube criticou a falta de recursos para a manutenção das forças armadas, e, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), criticou duramente a aprovação da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que concedeu indenizações aos familiares de pessoas mortas e desaparecidas durante o regime militar.

*Sergio Lamarão/ Inoã Pierre Carvalho Urbinati*

FONTES: *Boletim do Clube Naval* (1-3/1964); CLUBE NAVAL. Disponível em:  
<<http://www.clubenaval.com.br/Historia.htm>>. Acesso em: 16/7/2010; COL. BRAS.  
DE GENEALOGIA. Disponível em:  
<[http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_m\\_07.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_07.html)>. Acesso em:  
17/7/2010; *Globo* (11/6/1984); KUPPER, A. *Cem*; MATHIAS, H. *História*;  
*Revista do Clube Naval* (n.286-295, 303,304).